

Brasil quer converter dívida em títulos

JUNIOR BARON



Éris e Zélia omitem os prazos e juros, por questão de estratégia

Dívida por país do banqueiro

DISCRIMINAÇÃO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	TOTAL
TOTAL	63.151	15.456	78.607
BANCOS ESTRANGEIROS	58.682	15.326	72.008
ESTADOS UNIDOS	17.046	8.232	25.278
JAPÃO	9.919	1.956	11.875
INGLATERRA	7.851	971	8.823
FRANÇA	6.990	941	7.931
CANADÁ	3.621	467	4.088
ALEMANHA	4.293	732	5.025
SUIÇA	1.512	499	2.011
BELGICA	861	201	1.062
OUTROS PAÍSES	4.589	1.326	5.915
BANCOS BRASILEIROS	6.469	136	6.599

— FONTE: BANCO CENTRAL

* Em milhões de dólares — Dezembro de 1989

O Brasil apresentou ontem aos bancos credores, em Nova Iorque, sua proposta de renegociação estabelecendo a transformação de toda a dívida externa do setor público (51 bilhões de dólares) em novos títulos (securitização). O plano exclui da renegociação os nove bilhões de dólares da dívida do setor privado e prevê que o pagamento desta dívida (tanto o principal quanto os juros) poderá ser retomado tão logo a negociação seja oficialmente iniciada. Este ponto deverá ser um grande atrativo para os Bancos credores, na medida em que significará recebimento de dinheiro vivo, em vez de papéis, como os títulos.

A reunião da missão técnica brasileira com o Comitê Assessor dos bancos Credores, iniciada quarta-feira em Nova Iorque é apenas de apresentação, encerrando-se hoje. Caberá agora aos bancos aceitar ou não o início das negociações e marcar a data para que sejam deflagradas.

A securitização total da dívida brasileira junto aos mais de 600 bancos credores seria realizada com três diferentes tipos de títulos, que não terão carência. O primeiro seria de longo prazo — com juros mais altos — que poderiam ser resgatados antes da data original de vencimento, desde que os bancos portadores

se submetessem a um leilão, em que seriam vencedores aqueles que oferecessem o maior desconto. O segundo título seria de médio prazo e com juros menores. E o último seria um papel de curto prazo e teria a função de um bônus de saída. Com este último tipo de título, o banco se livraria rapidamente da dívida, mas receberia juros bem menores. Os dois últimos papéis não poderiam ser resgatados antes do prazo de vencimento, via leilões.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibraim Éris, recusaram-se ontem a informar os prazos e juros oferecidos por cada título, durante a entrevista em que anunciaram as linhas gerais da proposta de renegociação.

“É uma questão de estratégia. Não podemos revelar estes dados para não comprometermos as discussões”, justificou a ministra.

NOVIDADES

Zélia Cardoso informou que a proposta brasileira tem duas outras novidades importantes. Os juros atrasados desde junho de 1989 até hoje (cerca de 8,5 bilhões de dólares) entrarão na renegociação. Além disso, a renegociação das linhas de financiamento interbancárias de curto prazo (hoje na casa dos nove bilhões de dólares) terão adesão voluntária, ao contrário de anos anteriores, em que integravam o pacote total de renegociação.